

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Fundada em 1999, a Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A. (“Trópico” ou “Companhia” ou “Grupo”) está localizada na Rua Dr. Ricardo Martins Benetton, 1000, no prédio 12A do Polo II de Alta Tecnologia de Campinas, São Paulo. A Companhia é a “*holding*” das empresas: Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda., Trópico Colômbia S.A.S. e Vectura Serviços e Software Ltda., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, que oferece ao mercado soluções integradas de acesso (*wireless* e *wireline*), aplicações para redes de informação e comunicação, *managed services*, sistemas integrados, e serviços de suporte técnico especializado, monitoração e operação remota ou local.

As informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidos como grupo e individualmente como entidades do Grupo).

A Companhia é controlada integralmente pela Fundação CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD).

Ao longo do exercício de 2025, devido a uma estratégia de reestruturação societária focada nos segmentos de atuação da Companhia, a administração decidiu encerrar as atividades fabris da unidade de Manaus e também fazer alteração do modelo operacional da Companhia, que passará a atuar exclusivamente com revenda na unidade de Campinas e migrar suas operações relacionadas à softwares para sua controladora CPQD. Parte do quadro de funcionários foi transferido subsequentemente, a partir de janeiro de 2026 e os contratos vigentes com os clientes serão migrados aos poucos.

2. Base de preparação

a) Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são derivadas da Legislação Societária e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC, requer o uso de certas estimativas financeiras críticas, bem como o exercício de decisão do Conselho Administrativo na aplicação de processos de políticas contábeis. Essas áreas requerem um alto nível de julgamento e tem grande complexidade, bem como aquelas cuja premissas e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 4.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

a) Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelos Administradores da Trópico em 09 de abril de 2026.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente, e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponível para venda.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Trópico. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para as rubricas contábeis em que não constam valores para a controladora, constando apenas para o consolidado, a Companhia demonstra em notas explicativas os valores consolidados.

3.1. Bases de consolidação

Controladas

A Trópico controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Bases de consolidação--Continuação

Variação de participação

A Trópico deve incluir as receitas e as despesas das controladas nas demonstrações consolidadas desde a data em que adquire o controle até a data em que deixa de controlar as controladas. As receitas e as despesas das controladas se baseiam nos valores dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações consolidadas na data de aquisição.

Quando da perda de controle, a Trópico deixa de reconhecer os ativos e passivos das controladas, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Trópico retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Na consolidação são eliminados os investimentos nas empresas controladas, os saldos a receber e a pagar e as receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas. Os registros contábeis da empresa consolidada localizada no exterior são ajustados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.2. Relação de entidades controladas

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

<u>Porcentagem de participação</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%
Trópico Colômbia S.A.S.	100%	100%
Vectura Serviços e Software Ltda.	99,99%	99,99%

3.3. Moeda estrangeira

Os itens em moeda estrangeira incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Trópico são primariamente mensurados pela moeda que melhor reflete a relevância e a essência econômica dos eventos e das circunstâncias subjacentes ("moeda funcional"). Nas demonstrações financeiras do Grupo, os itens em moeda estrangeira são apresentados em Reais (R\$), a qual é a moeda funcional da Trópico.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Moeda estrangeira--Continuação

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas patrimoniais são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Classificação dos ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação decorre da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do Grupo compreendem os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa" (nota nº 5).

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Classificação dos ativos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado--Continuação

Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no momento do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado do Grupo compreendem os saldos de contas a receber de clientes (nota nº 6) e outros ativos.

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

b) "Impairment" de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "*impairment*" são incorridas somente se há evidência objetiva de "*impairment*" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Classificação dos ativos financeiros--Continuação

b) "Impairment" de ativos financeiros--Continuação

O montante da perda por "*impairment*" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "*impairment*" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "*impairment*" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O teste para verificação de "*impairment*" das contas a receber de clientes está descrito na nota nº6.

ii) Passivos financeiros:

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

a) Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

b) Desreconhecimento dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

c) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Trópico inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Imobilizado--Continuação

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo.

Descrição	Tempo de vida útil estimada - Anos (2025 e 2024)	
	Controladora	Consolidado
Equipamentos de laboratório	20	20
Computadores e periféricos	20	20
Equipamentos, móveis e utensílios	10	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ativos intangíveis

i) Ativos intangíveis com direitos de uso de software

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por direito de uso de *software*.

ii) Desenvolvimento de projetos

São reconhecidos nesta rubrica, os ativos intangíveis resultantes do desenvolvimento de projetos e produtos com viabilidade técnica para disponibilização de venda e que possam gerar benefícios econômicos futuros.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Trópico tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão abaixo demonstradas:

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ativos intangíveis--Continuação

iv) Amortização--Continuação

Descrição	Vida útil
	Controladora e Consolidado
Marcas e patentes	5 anos
Software	5 anos
Desenvolvimento de produtos	5 anos

3.7. Benefícios a funcionários

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica e odontológica, subsídio para alimentação/refeição, previdência privada e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores para utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Os passivos decorrentes de benefícios de curto prazo para os empregados são demonstrados numa base não descontada e são incorridos como despesas quando o serviço relacionado é fornecido.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos - ativos não financeiros

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, como resultado de um evento passado, se a Trópico tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de forma confiável e seja provável que os recursos econômicos sejam necessários para liquidar a obrigação. As provisões são calculadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais com relação ao montante de dinheiro na época e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados na demonstração de resultados.

3.10. Reconhecimento de receita

As transações de receitas são registradas atendendo a todos os preceitos e exigências constantes no CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo basicamente registradas em demonstrações financeiras individuais e consolidadas quando a) um contrato é identificado, b) é identificada uma obrigação de performance, c) é possível determinar o preço da transação por obrigação de desempenho, d) é possível alocar os preços de transações as obrigações de desempenho, e e) quando a entidade satisfaz as obrigações de desempenho identificadas nos contratos.

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda interestadual, a transferência normalmente ocorre no momento do carregamento das mercadorias no transportador, dentro da fábrica do Grupo. Para as vendas estaduais, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no local da instalação ou no armazém do cliente. Via de regra, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

Serviços

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações financeiras. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Materiais diretos - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo de materiais diretos e mão de obra direta são alocados diretamente, somados a uma parcela dos gastos gerais indiretos de fabricação que são apropriados ao produto via alocação, considerando a proporcionalidade dos tempos de produção em níveis de capacidade operacional normal presentes em cada estrutura de produtos (ficha de produção).

3.12. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para perda de créditos esperadas, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na Nota 6.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14. Custos incorridos a faturar

Apropriados obedecendo ao regime de competência. Referem-se a custos incorridos na produção, instalação e testes dos equipamentos, os quais serão faturados pelos fornecedores em período subsequente.

3.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida são reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam ao imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados no período, para serem utilizados, quando prováveis lucros sujeitos à tributação estiverem disponíveis.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, até a data do balanço, sendo classificados como passivos circulantes se a liquidação for devida no período de até um ano, caso contrário, são classificados como passivos não circulantes.

3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51, atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras para identificar se é elegível para aplicação do IFRS 19.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos referidos pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais--Continuação

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27/2024, contemplando alterações decorrentes do documento internacional *Lack of Exchangeability*, com reflexos no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Referidas alterações introduzem orientações adicionais relacionadas à avaliação da conversibilidade de moedas, bem como aos critérios aplicáveis quando determinada moeda não puder ser considerada conversível na data de mensuração, incluindo aspectos de estimativa da taxa de câmbio e divulgações correlatas.

A Administração da Companhia avaliou os efeitos dessas alterações no contexto das normas contábeis vigentes e aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, concluindo que sua adoção não resultou em impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, seja em relação aos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação ou divulgação.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

Tal conclusão decorre do fato de que a Companhia não possui operações relevantes expostas a cenários de restrição de conversibilidade de moeda, tampouco transações em jurisdições ou ambientes econômicos que demandem a aplicação de estimativas complexas de taxas de câmbio em decorrência de inexistência de mercado conversível, de modo que as alterações introduzidas não produziram efeitos relevantes sobre as práticas contábeis adotadas na data-base.

Dessa forma, embora as alterações tenham sido objeto de avaliação pela Administração no exercício de 2025, não houve impactos materiais a serem reconhecidos ou divulgados adicionalmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações acerca das incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Revisão da vida útil do imobilizado, e valor recuperável

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos--Continuação

a) Revisão da vida útil do imobilizado, e valor recuperável--Continuação

A vida útil econômica remanescente dos ativos também é avaliada minimamente em encerramento de cada exercício, ou quando eventos ou mudanças nas condições e utilizações dos ativos indicarem necessidade de alteração nas taxas de depreciação.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas, e tributárias, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas optaram em não reconhecer ativos de imposto sobre a renda e contribuição social diferidos, devido a inexistência de expectativa de lucro tributável futuro.

d) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia e suas controladas constitui provisão para perdas de créditos esperadas, quando aplicáveis, baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

Trópico Sistemas e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos--Continuação

d) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber--Continuação

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela companhia e suas controladas. A companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em cada data de reporte, a Companhia revisa as taxas de perda histórica observadas, bem como avalia alterações nas premissas macroeconômicas e nas estimativas prospectivas aplicáveis à mensuração das perdas esperadas de crédito, em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9). Considerando a baixa relevância histórica dos índices de inadimplência, não houve constituição de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) nas Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas no montante de R\$8 milhões, principalmente em relação a créditos a receber da OI S.A., em função da sua recuperação judicial, circunstância que ensejou a revisão do risco de crédito e a consequente constituição da provisão sobre os respectivos saldos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	16	-	1.414	711
Aplicações financeiras	-	44	7.593	16.129
	16	44	9.007	16.840

Referem-se a valores em caixa, depósitos bancários e fundos de renda fixa de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em caixa. Abrangem investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em CDBs são remuneradas por taxas variáveis entre 96,50% e 103% (97% a 110% em 2024) do CDI. Essas operações não possuem caráter especulativo e estão custodiadas nos bancos: Bradesco, Itaú, Rendimento e XP Investimentos.